

DOCUMENTO

As luzes e as sombras na tessitura da imagem do Infante D. Henrique na Crônica da Tomada de Ceuta. Portugal - século XV

Silvio Galvão de Queirós/Unioeste

O Infante D. Henrique ocupa um espaço na *Crônica da Tomada de Ceuta*, escrita por Gomes Eanes de Zurara, (segundo cronista-mor do reino português, e datada de 1449) que somente perde em tamanho e importância, se é que não emparelha, àquele ocupado por el-Rei. Mais que isso, e longe de fazer medições ou cálculos, supomos, em virtude da expressividade das circunstâncias narradas em que este príncipe desempenha papel preponderante que é possível afirmar-se ser ele o personagem principal desta crônica, basicamente porque suas ações ocupam, no decorrer do texto, espaço paulatinamente maior.

Na tessitura da imagem do Infante, Zurara utiliza-se de dois recursos: o primeiro é tratar o príncipe sempre pelos mesmos epítetos (Duque de Viseu e Senhor da Covilhã, entre outros), de molde a que o leitor tenha, no decorrer da leitura, a impressão que conhece aquela persona e que, no plano do que é puramente cognoscitivo, possa se apoderar daquela figura, pois está tendo uma visão dela.

A utilização de tal expediente tem substância no plano histórico pois, a ênfase e a repetição são recursos mnemônicos e retóricos, capazes de encadear a narrativa e, oriundos de vétera tradição, na qual se reconhece a importância que tiveram autores muito mais vetustos.

O segundo recurso trata da coerência interna, de uma lógica, de um encadeamento seqüenciado das ações deste infante, capaz de associar a esta figura-símbolo, muito mais que a percepção de sua persona, resolvendo-se o problema do esmaecimento da imagem pela ação degenerativa da memória - problema aliás aludido por Zurara quando diz que, em sendo jovem a memória é firme, mas é um dom que se perde quando a cabeça fica "caã e a face enuerrugada [pois]

logo hum sangue frio [se acerca d'] o coração” e torna-se impossível reter muitas informações; o que era antes, quando o sangue pulsava “enfervecido”, um exercício agradável, torna-se cada vez mais um parto dificultoso; e, a este recurso, capaz de chamar a atenção para o caráter moral que norteia as ações do príncipe afirmando-o como pessoa confiável, capaz de dedicar-se a um ideal e de ser absolutamente honesto para com ele, associamos o talento narrativo de Zurara.

Dentre os recursos acima mencionados, alguns são mais imediatamente discerníveis no texto cronístico em tela; ainda assim, todos são fundamentais para a compreensão dos elementos e objetivos que Zurara entretece ao compor a imagem do seu herói, D. Henrique, e por esse motivo o artigo não deixará de abordá-los. Entretanto, alguns merecerão análise pormenorizada como se lerá a seguir.

Para corroborar a preeminência das questões nobiliárquicas na trama da Crônica de Ceuta e, para melhor esclarecer os papéis que nela desempenha o Infante D. Henrique, vale-se de certa passagem do contexto construído pelo cronista sobre os acontecimentos que envolveram a morte da Rainha D. Felipa de Lencastre, mãe daquele príncipe e que inclui o Infante de maneira muito especial. Trata-se de presentes especiais dados pela rainha aos seus filhos já em seu leito de morte: fragmentos do Santo Lenho e espadas.

Para D. Duarte (irmão mais velho do Infante e futuro Rei de Portugal), Zurara diz que a relíquia do Santo Lenho, este infante trazia continuamente ao longo de sua vida, tendo sido mesmo enterrado com ele, fato que fez com que fosse necessário abrir-lhe a sepultura para retirá-la de lá e este fragmento ficou de posse da rainha, sua esposa. No que se refere ao primogênito, a rainha deu-lhe a espada maior que devia ser tomada como “espada de justiça pera rregerdes os grandes e os pequenos destes reynos [porque] ueedes filho, como diguo justiça com piedade. caa a justiça, que em alguua parte nom he piedosa, nom he chamada justiça mas cruelldade. E assy uos roguo e emcomemdo que queiraaes seer com ella caualleyro.”¹

Quanto ao Infante D. Pedro (segundo na ordem sucessória e, futuro Regente na menoridade de D. Afonso V, filho, de D. Duarte), o cronista diz que: “nom sabemos que maneyra teue com o sseo [fragmento da cruz de Cristo], empero he de creer, que homem tam cathollico como elle era, nom partiria de ssy cousa tam boa nem tam samta.” Zurara relata que a rainha tomou a outra espada

e chamou o infante D. Pedro dizendo-lhe: “Meu filho, porque sempre des o tempo de uossa mininiçe uos ui mujto chegado aa homrra e seruiço das donas e domzellas, que he huua cousa que espiciallmente deue seer emcomemdada aos caualleiros [assim] emcomemdo ellas a uos.”²

Quanto a D. Henrique, Zurara diz que as informações que sobre este príncipe aduzirá são certas, fidedignas porque ao tempo em que escreve, o Infante “auia hidade de çimquoemta e seis annos, ffallamdo açerqua desto nos disse, que numca lhe nembraua, depois que lhe o dito lenho fora dado, que o teuesse fora de ssy, soamente huu dia, que o tirara per esqueçimento em desuestimdo a camisa.”³

Além disso, o cronista utiliza-se de outro testemunho: o camareiro-mor do Infante, Luís de Sousa, o qual lhe teria assegurado que “quando sse o dito lffamte finou, que lhe tirara o dito lenho da cruz. e o dera a elRey [D. Afonso V] em Euora com o sinete e o seu liuro de rrezar.”⁴ Pode-se notar que este passo é redigido após a morte do Infante, logo, incluído no texto de Zurara, talvez até mesmo por ele próprio, também após a data do término da redação deste texto cronístico. Logo após, nosso cronista relata que a rainha “uistimdo ella sua comtenemça de nova lediçe, e emchemdo sua boca de rriso muy honestamente” teria dito ao Infante: “bem uistes a rrepartiçom, que fiz das outras espadas que dey a uossos jrmaãos, e esta terçeira guardey pera uos, a quall eu tenho que assy como uos sooes forte, assy he ella.” Ressaltando as atribuições que a cada um deles competiriam, a rainha acrescenta: “por que a huua de uossos jrmaãos emcomemdei os pouoos, e a outro as donas e donzellas”, o que revela o conhecimento por parte da rainha da índole e destino de seus filhos. A D. Duarte designa os povos, visto que é o herdeiro do reino. Já a D. Pedro destina o universo feminino, atribuição certamente prestigiosa para todo cavaleiro medieval.

A D. Henrique, a rainha recomenda que desempenhe os papéis de *princeps* e intermediário entre a nobreza e a realeza porque, mesmo que compartilhem ambas uma mesma posição de eminência social, a segunda, por suas funções, desfruta prestígio e estatuto mais elevado que a primeira, de tal forma que “a uos quero emcomemdar todollos senhores, caualleiros fidallgos e escudeiros destes rregnos, os quaaes uos emcomemdo que ajaaes em uosso espiciall emcarreguo.”⁵

Continua a rainha em suas recomendações, ponderando “ca pero todos seiam delRey, e elle delles tenha espiciall cuidado, cada

huu em seu estado, elles porem aueram mester uossa ajuda pera serem mamteudos em dereito, e lhe seerem feitas aquellas merções que esteuer em rrezom.”⁶ Vê-se aqui o Infante, à semelhança de D. João I, compartilhar com este rei as capacidades de administrar as tensões que possam advir entre os grandes do reino.

D. Felipa declina, inclusive, circunstâncias em que podem ocorrer estas tensões, chamando a atenção para a possibilidade de estas serem devidas à queixas injustas contra os nobres dirigidas ao rei pelo povo. Neste sentido, o infante é visto por sua mãe como intermediário adequado para diluir junto ao rei tais conflitos. Diz a rainha “ca mujtas uezes acometeçe, que per emformações fallsas e rrequerimentos sobeios do pouoos os rrex fazem comtra elles o que nom deuem. Pera o quall emcarreguo uos eu escolhi.”⁷

Note-se ademais, que a rainha vê neste filho o mais afeito aos interesses da nobreza “conheçemdo de uos quamto amor lhe sempre ouuestes, e uollos emcomemdo, porque aalém de uossa boa uoomtade uos seia posto por neçessidade.”⁸ Percebe-se pois que, devido a esta recomendação, também para a rainha, D. Henrique é espelho para todos os vivos.

O Infante, demonstrando extrema lealdade à rainha, responde que: “uossa merçee seia mujto çerta, que em quamto me a uida durar, teerey firme nembrança de todo aquello que me ora assy emcomemdaaes, pera comprimento do quall ofereço todo meu poder e boa uoomtade.”

Ora, não é crível que na hora de seu passamento a Rainha, doente de cólera, tenha podido discursar tão abundante e argutamente sobre as questões da política interna do reino. Parece óbvio que Zurara faz das palavras da Rainha, emblema das relações concretamente mantidas pelo Infante D. Henrique com a nobreza do Reino. Assim se explica o pouco espaço e importância dada pela Rainha a seu filho D. Pedro quando da distribuição de citados presentes. Convém não esquecer que a Batalha da Alfarrobeira ocorrera neste ano de 1449 (ano em que Zurara finda a redação de sua crônica) e, nesta narrativa, o Infante D. Pedro é sistematicamente diminuído em relação a D. Henrique. E mais, na Alfarrobeira perfilharam-se de um lado o jovem Rei D. Afonso V, o Infante D. Henrique, o tio bastardo do Rei, D. Afonso, Conde de Barcelos e Duque de Bragança e toda a grande nobreza e, de outro lado, o Infante D. Pedro e os vassallos de sua casa. Não admira pois que, D. Henrique assuma o papel principal na *Crônica da Tomada de Ceuta*, grata recompensa do Rei ao seu súdito leal.

Retornando ao fio da narrativa, observa-se que na estruturação daquela crônica, o Infante D. Henrique é assemelhado ao Rei, seu pai: D. João I, e as características e virtudes que fazem deste Infante o súdito fiel são referenciadas pelas virtudes que ostenta o seu pai.

Como a enfatizar que o Infante D. Henrique é súdito leal, o cronista dá diversas demonstrações desta fidelidade. A primeira delas, como era de se esperar, foi ao Rei D. João I, quando o monarca lhe comunica a sua decisão de aprestar-se para a ida à Ceuta. Relata Zurara que a satisfação do Infante foi toda posta na genuflexão que em gratidão e homenagem prestou o príncipe a seu pai: “porém assy como homem a que muito prazia daquellas nouas assentou os jeolhos em terra e beijou as mãos a seu padre dizendo que lho tijna em grande merçee.”⁹

Em seguimento a este rito de homenagem, o cronista faz o Infante ir até aos seus irmãos comunicar-lhes as novas e, isso mesmo, por ordem do rei. Talvez não com menor “lêdçe” mas, certamente com menos incisividade, Zurara apenas pontua que os infantes “foromsse ao paaço del Rey pera lhe mostrarem agradeçimento de tamanha merçee bejjamdolhe as mãos por ello”.¹⁰ Ora, esta passagem é paradigmática das outras que virão e, em nenhuma delas, numa situação de intimidade e privacidade sugerida, os demais infantes ou o conde de Barcelos foram tão solenes ao demonstrarem sua gratidão ao rei quanto D. Henrique. Todavia, a par desta solenidade e, apesar de ter sido descrito muitas vezes como sesudo, prudente ou sábio, atributos que denotam um jovem comedido, em algumas passagens, o cronista menciona estados de alegria referindo-se ao seu herói. Estes estados de alegria, geralmente, estão relacionados às situações bélicas, sendo o caso do “grande prazer que ouue o Iffamte Dom Hamrrique, quando lhe seu padre deu aquellas nouas. [de que o faria capitão do desembarque em Ceuta] e assy como homem que o rreçebia em espiçiall merçee, lhe foy beyiar a mão com a comtenemça muy allegre.”¹¹

Esta situação reflete um dos momentos que coroam etapas bem-sucedidas na carreira do príncipe, em tais momentos, as ações do Infante estão, geralmente, relacionadas ao rei e marcadas pela lealdade do príncipe ao monarca.

Consoante o fato de que a sagração dos infantes como cavaleiros na guerra de Ceuta é o *leitmotiv* da crônica, afirma-se que, pela importância do evento, a sagração do Infante é, obviamente, considerada por Zurara o clímax da narrativa. A

respeito, relata o cronista que depois da missa celebrada na mesquita de Ceuta, os infantes dirigiram-se aos seus locais de acampamento para se prepararem para a cerimônia de sagração. De lá retornaram impressionantes pela elegância, riqueza e cuidado de seus trajes. Destaque-se a utilização das imagens cavaleirescas na descrição feita por Zurara como recurso adicional à propaganda da eficácia do poder da casa reinante.

e assy todos jutamente uieram aa jgreia, a quall cousa era muyto fremosa de ueer. ca elles auiam todos gramdes corpos e bem feitos, e uijnham armados em seus arneses muy limpos e guarnidos. e com as espadas da beemçam çimtas. e suas cotas darmas. e amte elles hiam mujtas trombetas e charamellas, de guisa que nom sey homem que os podesse ueer, que nom tomasse muy grande prazer, e mujto mais aquelle que com elles auia mayor diuido, que era elRey seu padre.¹²

Tanto o relato sobre os ritos de admissão na ordem da cavalaria, resumidos por Zurara no ato de submissão pela genuflexão do candidato a cavaleiro e na imposição da espada pelo suserano, como segue: “o Iffamte Duarte sse pos primeyramene em joelhos, e tirou a espada da bainha e beyioua, e meteo a na mão a seu padre, e fezeo com ella caualleyro. e per semelhamte guisa fizeram seus jrmaãos”; quanto aqueles em que o rei eleva seus filhos às dignidades ducais, ambos rituais típicos da hierarquização do poder que, por sua vez, caracteriza o ordenamento político feudal, são elementos importantes para a compreensão da natureza das narrativas do cronista e, notadamente desta: Crônica da Tomada de Ceuta. Em minha opinião, esta é a mais medieval das crônicas escritas por Gomes Eanes de Zurara.

Entanto, não é propósito deste artigo sintetizar os passos da crônica, por isso já se fez menção à saída da frota para a guerra da conquista - logo após a morte da Rainha - e será feita menção ao retorno desta cruzada; do mesmo modo o artigo trata de questões que envolvem inclusive as discussões e preparativos para esta empresa guerreira, sem haver a preocupação de rigidamente colocar uma ordem progressiva nestes eventos. Deste modo, é bom enfatizar que o que se pretende é desvelar alguns dos procedimentos e recursos principais de que lança mão o cronista Zurara para desenhar a imagem do Infante D. Henrique.

Já de novo em Portugal, D. João I fez duques aos seus filhos infantes, e o cronista afirma que o rei assim agiu para recompensá-los pelos serviços que lhe foram prestados, consoante às práticas feudais de concessão de benefícios aos vassallos, em troca do apoio militar prestado ao suserano. O excerto escolhido, conquanto se refira aos benefícios concedidos pelo rei aos seus filhos, reflete paradigmaticamente os procedimentos adotados pelo rei em relação à nobreza que com ele pelejou, assim como, também fizeram os infantes quando logo após sua sagração, também, sagraram grande cópia de nobres como cavaleiros, dando seqüência ao processo de pulverização e hierarquização do poder típico da era feudal: “e esto assy acabado [a cerimônia de sagração dos infantes] beyiamdolhe a mão, e afastaramsse pera huua parte caa huu pera fazer os de sua quadrilha de caualleiros.”¹³

Estando o rei em Tavira, chamou seus filhos e disse-lhes:

“Todollos seruiços rrequerem guallardom. e porque aalem de seerdes meus filhos semto que rreçebi de uos espiçiall seruiço em todo esto feito, quero que por ello rreçebaaes alguu guallardom. [...] Mas a uos outros me praz de fazer duques .s. a uos lffamte Dom Pedro faço duque de Coymbra. e ao lffamte Dom Hamrrique duque de Vizeu. e polla gramdeza do trabalho, que filhou em todollos feitos, assy na armaçom que fez no Porto, como no trabalho e perijgo que ouue no dia que filhamos açidade, e por todallas cousas que em ello orou, o faço senhor de Couilhaã.”¹⁴

Percebe-se que Zurara engrandece a D. Henrique nesta passagem, pois, além de duque de Viseu, o rei o faz Senhor de Covilhã; ademais, o cronista nada destaca sobre a atuação de D. Pedro em toda a empresa, como o faz em relação ao nosso Infante. Assinale-se, então, que o cronista emprega um recurso que, aqui, é identificado como sendo de “ensombrecimento” da imagem dos demais infantes para pôr em evidência a imagem de seu herói. É este recurso ao ensombrecimento, o tema que será doravante examinado.

Obtidas as opiniões favoráveis da Rainha D. Felipa e do Condestável Nun'Alvares (principal conselheiro do Rei D. João I) para a empresa de Ceuta, os infantes e o rei: “breuemente se partiram cada huus pera sua parte .s. elRey e o lffamte Dom Pedro pera Samtarem, e os lffamtes Duarte e Dom Hamrrique pera Euora, e o comde pera Arrayollos.”¹⁵ Chegados entretanto cada qual a seu destino, a permanência lá não durou muito: “porque o lffamte Dom Pedro e o lffamte Dom Hamrrique se forom loguo pera suas terras”¹⁶ e o rei e D. Duarte ficaram em Santarém para acelerar os procedimentos já encetados para a guerra.

Entrementes, Zurara dedica dois capítulos da crônica ao relato das festas para *desenfadamento* que os infantes D. Pedro e D. Henrique se prodigalizaram mutuamente. Se em relação às festas proporcionadas por D. Pedro, Zurara é avaro em seu relato visto que por ele vem-se à saber apenas que foi igual àquele que “rriba d’Odiana”¹⁷ entretiveram D. Henrique e D. Duarte e que, D. Pedro: “fez buscar quamtos desenfadamentos se poderam achar pera folgança de seu jrmaão e sua. e com esto grande abastança de uiamdas de que foram sempre gouernados em quamto esteueram per as terras do lffamte.”¹⁸ Nada mais é dito.

Já sobre as festas de D. Henrique, Zurara informa que, tão logo aqueles infantes chegaram na Comarca da Beira, este príncipe prodigalizou a seu irmão igual tratamento, de sorte que chegando ao seu senhorio: “mais fez o lffamte Dom Hamrrique por acreçentar seus desenfadamentos. ca ordenou logo como se fizessem huas nobres festas em Viseu”¹⁹. É flagrante a intenção de mostrar que o Infante D. Henrique é avultadamente mais farto e generoso do que seu irmão. Por isso mesmo, Zurara alonga-se, compraz-se, deleita-se pormenorizando a abastança e magnificência demonstrada pelo seu herói, naquela ocasião.

A folgança relatada durou do Natal ao dia de Reis e, para ela, foram convidados o “comde de Barçellos, seu jrmaão com todollos senhores bispos fidallgos e outros boos homees que auia em aquella comarqua”²⁰, sendo que, para acolher tão seleta *entourage*, diz o cronista que o infante mandou buscar a Lisboa e ao Porto “por pannos de sirgo e de laã e brolladores e alfayates pera fazerem suas liurees e momos segumdo pera sua festa rrealmente perteeçia.”²¹

Além disto, em todas as partes foram buscadas as viandas ali tão necessárias, tendo sido inclusive “trazidas mujtas carregas de çera que sse despemderam em mujtas tochas, assy de seruir como de damças, bramdoões e vellas e contos em tamanho numero que casy seria empossiuell de sse poderem comtar.”²²

Por melhor que seja a tentativa de proporcionar aos leitores, com fidelidade ao texto cronístico, um relato sobre a magnificência das festas de Natal nos paços de D. Henrique, ainda assim, estamos certos, não conseguiríamos reproduzir os climáces festivos que se generalizaram daqueles desenfadamentos de nobres para as gentes, a multidão dos povos das cidades e das aldeias próximas ao feudo principesco - festas de príncipe a semelharem corte de rei. Eia, pois, às loas que tece Zurara sobre os arremates festivos para as vésperas de Natal:

“E quamdo ueo aa uespera de natall eram ja todas estas cousas

prestes. e assy mujtos corregimmentos de justas e outros arreos de desuayradas maneyras. e a çidade e as aldeas darredor eram todas cheas de gemte de guisa que parecia a alguus estramgeiros que per alli passauam que aquelle ajuntamento nom era ssenam corte de rrey.”²³

Mas não param aí os encômios à magnificência real atribuídos ao Infante D. Henrique e, no excerto seguinte, não só o cronista confere estatura real a este príncipe como, inclusive, faz disto oportunidade de engrandecê-lo em detrimento de seus irmãos - não poupando sequer o estatuto do herdeiro, a quem, é justo consignar, raramente diminui - logo, diz “e deues de saber que o iffante Dom Hamrrique foy huu homem cujos feitos e estado amtre todos seus jrmaãos teue mayor avantagem de realeza, leixamdo o lffante Duarte a que per dereita soçessom comuijnha de o fazer.”²⁴

Em verdade, é o cronista quem em seus comentários lança a sombra do infante sobre seus irmãos, assim como foi visto fazê-lo acima, sobre a imagem de D. Duarte.

Acresça-se a isso, nas palavras que faz dizer o Senhor da Covilhã, nunca Zurara permite que possa haver algo no discurso a ameaçar a imagem de que D. Henrique é príncipe leal e súdito fiel ao rei ou ao herdeiro. Isto se comprova pelo respeito e zelo com que D. Duarte é tratado por seu irmão quando, passado o dia de Ano Novo, aquele infante dirige-se com seu séquito às festas em Viseu.

D. Henrique recebe o futuro rei com todas as honras, organiza as justas e danças para o divertimento do primogênito e o trata com respeito devido a sua posição dizendo-lhe “senhor, pois que uossa mercece foy de uirdes a esta terra homde nos estamos nom como cortesaãos mas como homees que continuamente seguíamos o monte”²⁵, e convida-o para a caça, brindando-o e aos homens do seu séquito, com cobiçadas librés de montaria, presente que não se dava “ssenam a espiçiaaes homees.”²⁶

Zurara se utiliza de igual raciocínio quando, noutra passagem, busca demonstrar esta mesma fidelidade do Duque de Viseu ao herdeiro, relatando que o Infante só abandona a refrega com os infiéis nos momentos finais das lutas contra os mouros em Ceuta porque o príncipe herdeiro veio lhe chamar para comparecer à sessão do Conselho Real, convocada pelo rei para após a vitória. Diz o cronista que o rei havia convocado aquela reunião, e determinado a D. Duarte que fosse chamar D. Henrique para nela se fazer presente.

Neste contexto é possível ver, no passo adiante selecionado,

aquele em que Zurara consigna que a obediência do infante ao herdeiro, embora Real, matiza-se, porque não é pronta, imediata; antes, evidencia certo grau de independência do Infante em relação ao primogênito. Levemente sugerida, esta independência é insinuada para desculpar a alegada desobediência do Navegador ao regimento que lhe dera D. Duarte, já rei quando o faz comandante da expedição à Tânger. O próprio Zurara em outro passo vale-se de argumento semelhante para justificar o Infante que se nega a permitir a devolução de Ceuta aos mouros, em troca de D. Fernando, seu irmão, que na África restara cativo, pois, é o que se indica na bibliografia existente a respeito, que afirma esta desobediência e afirma também a recalcitrância do Infante em atender ao chamado de D. Duarte por duas vezes. O passo do cronista não se presta a confirmar a desobediência, mas justifica aquela desobediência porque a submete a uma razão maior, ou seja, a luta contra o infiel, a restrita obediência ao mandado divino de pelejar por serviço de Deus. Quando do pedido do herdeiro, o Infante teria reptado que “esto nom prestaua mujto, caduração do processo de diminuição (em anos) tall deseio tjnha ele que emquamto os [mouros] ali sentira, nunca os ouuera de leixar”, todavia, predispusera a fazê-lo porque fora “o mandado de seu jrmaão a quem ele em todas as cousas guardaua obediencia.”²⁷

Zurara fez parecer que o Infante D. Henrique honrava em muito seu irmão mais velho - o acolhimento de D. Duarte nas festas de Natal em nada delustrou o apreço de D. Henrique com seu irmão. O cronista engrandece então o seu herói porque faz-lhe partilhar de igual e mesma consideração da parte do herdeiro, ao menos, deixa perceber isso, também, quando alude ao tratamento que o herdeiro dera ao nosso infante, dizendo que “no rreçebimento que o lffamte Duarte fez a seu jrmaão, nom fallei alguua cousa, porque mujtas uezes disse o gramde amor, que amtre elles auia. e jssso meesmo como o lffamte Duarte foi huu príncipe mujto mauioso agasalhador”.²⁸

Entretanto, a brevidade das referências faz moessa, levanta suspeitas e pouco contribui para esclarecer as clivagens que é sabido terem sofrido as relações entre estes dois irmãos, no período compreendido entre o sucedido em Ceuta e a morte do primogênito.

Com efeito, só em certo grau é possível discernir algum ensombrecimento das ações e atributos que, certamente, comporiam melhor a imagem dos infantes mais velhos, para que

resplenda em cores e luzes, como estrela, a imagem do infante navegador.

O cronista-mor, já foi dito, não se permite denegrir a imagem daqueles príncipes. Antes, vota-lhes o anonimato sempre que as ações ou atributos os ombruem ao seu herói, apesar de traírem-se de quando em quando, como ao designar a precedência nas ações a D. Henrique ou, ao fazer dele, o súdito fiel que acata e preserva a hierarquia implícita na sua condição de filho terceiro.

Eis que findas as festas de Natal a Reis, os três infantes se foram até o rei, que estava em Santarém. Sobre a viagem, o cronista informa que D. Henrique custeou todas as despesas enquanto estiveram em terras da Beira; D. Pedro fez outro tanto enquanto estiveram à Estremadura e, D. Duarte enquanto permaneceram com seu pai em Santarém - tudo isto relatado nesta ordem de ações; todavia: "esto todo fizeram amtre ssy tam abastadamente, que o segumdo nom estudaua em all, senam como sobrepoiaria ao primeyro, e o terceiro ao segumdo. empero tam gramdemente foy todo feito e hordenado, que nom tjnha em que leuar auamtagem huu ao outro"²⁹.

Em consequência, ações como estas, desencadeadas pelo herói, e não por seu cronista, reforçam o que vem sendo dito quanto ao fato de que Zurara busca tratar com o necessário respeito e cortesia a todos os infantes. Mas, se busca esta meta, nem sempre a alcança de todo.

Por outro lado, Zurara afirma que o próprio D. Henrique rogara ao rei D. João I que por mercê lhe concedesse a primazia no desembarque em Ceuta, açodamento que muito agradara ao rei, ao qual acrescenta o cronista, que o infante movido por um grande desejo de "fazer alguua cousa auamtajada"³⁰ e sentindo que a graça de Deus favoreceria a empresa, solicitou ao rei que lhe concedesse duas coisas: "a primeyra que eu seia huu dos primeyros que filhe terra quamdo a Deos prazemdo chegarmos dauamte a çidade de Cepta. e a segumda he que quamdo a uossa escalla rreal for posta sobre os muros da çidade, que eu seia aquelle que uaa primeyramente em ella que outro alguu."³¹

Com a graça de Deus. A Deus prazendo. Sempre por Serviço de Deus. Ao repto, o rei responde com a "comtenemça toda cheia de rrijsso"³² e tergiversa, postergando a resposta para momento mais adequado.

O cronista não perde de vista este liame e, de fato no tempo apropriado faz o rei lembrar ao infante aquele pedido. Transcorria a véspera do desembarque e o monarca concede o que lhe pedira o infante. Atentemos para a forma como o cronista estrutura a

fala do monarca: “Meu filho [...] agora he tempo de uos rrespomder [...] que uos outorgasse que fossees em compnhia daquelles que primeyramente filhassem terra. porem a mym nom praz que uos em ello uades como companheiro, mais como principall capitam.”³³

Destacam-se ali duas situações que se conjugam: por um lado o infante é o súdito leal e destemido que heroicamente se oferece para a defesa dos interesses do rei em primeiro lugar; por outro, o rei que recompensa e acrescenta em dignidade a generosa oferta do seu campeão, súdito leal, filho.

Apesar de tentar evitar o destaque das ações do Infante, percebe-se que Zurara nem sempre alcança seu objetivo plenamente, pois, ao acrescentar pinceladas à imagem de D. Pedro, usa cores sombrias. A imagem do futuro Regente surge então ensombrecida, vazia de tons, o que se percebe quando suas ações de D. Pedro são colocadas justo em meio às cintilações da boa estrela de D. Henrique, sendo um bom exemplo deste ofuscamento a descrição das medidas preparatórias da armada que o Navegador traz do Porto.

A frota vinda desta cidade é detalhadamente descrita em seu número, homens e galardões. Zurara não é avaro em elogiar D. Henrique, enfatizando que a esquadra que vinha sobre a autoridade deste príncipe “era bem apemdoada e tollada”³⁴, devido ao fato do príncipe ter distribuído “livrees pera todollos capitaães que eram hordenados sob sua capitania.”³⁵

Estas librés, por sua variedade e riqueza de panos e dos símbolos nelas estampados, evocam nos leitores da crônica a imagem de magnificência e grandeza típicas dos grandes senhores, e certamente nos coevos, deveria despertar igual impressão, pois, “eram huuas capelas de carrasco bem acompanhadas de chaparia, e por meyo huus motos que deziã uoontade de bem fazer, e suas coores eram branco e preto e uijs.”³⁶ Estas são as cores, moto e divisas distintivas do Infante D. Henrique .

Através desta descrição minuciosa se reafirma o processo de hierarquização social, pois, “as mayores pessoas ouueram as liurees de pano de laã, e as outras de menos estado uestiam os panos de sirgo.”³⁷ Apesar desta divisão no uso das librés, “todollos outros que hiam nas naaos, de qualquer comdiçom que fossem, [...] leuauam a liuree do senhor lffante.”³⁸

Zurara diz também que na organização da frota, D. Henrique demonstrara capacidade administrativa e de comando organizativo pouco igualada entre homens mais experientes e mais velhos. O exemplo de comparação utilizado pelo cronista é a figura de Cipião, o Africano. Porém, a glória do Infante é maior,

pois Cipião havia trinta e cinco anos e experiência de “mujtas pelleias per mar e per terra”³⁹, enquanto o Infante, com apenas vinte anos, possuía “soamente quamto era huua naturall imclinaçam.”⁴⁰

Ainda sobre a frota deste infante, o cronista derrama-se, através de finas metáforas, em louvar seu aparelhamento:

“Em uerdade era fremosa cousa de ueer huua frota, que polla menhã pareçia alguua mata que perdera as folhas e o fruto, e em tam breue tempo tornaua a parecer huu tam fremoso pumar acompanhado de mujtas folhas uerdes e frolles de mujtas coores. ca assy eram os pemdoões de desuayradas guisas, e que camtauam em elle mujtas aues de graçioso soom. cas os estromentos nom eram poucos, ca em cada nauio estauam estromentos de desuayradas guizas. os quaaes todo aquelle dia a huua uoz numca fizeram fim de tanger.”⁴¹

Assim, bem descrita, é a frota vinda do Porto, sob o comando de D. Henrique. Já sobre a frota que estava sob o comando de D. Pedro, Zurara diminui a sua importância dizendo “esta outra que partia de Lisboa nom era menos [grande, importante e galardoada], empero todo era dos motos e deuisa delRey.”⁴²

Mais adiante, condescendendo em escrever algo mais sobre a frota capitaneada pelo Duque de Coimbra, diz que, de fato, o rei e o herdeiro a organizaram. Escreveu: “nem fallamos aqui darmaçam do lffante Dom Pedro, porque posto que o nome fosse seu, o cuydado era primçipallmente delRey seu padre e do lffante Duarte.”⁴³ Como já foi afirmado, a opinião é manifesta pelo cronista como sendo sua, seu juízo.

Como cronista do reino, Zurara cumpre integralmente seu papel, estruturando para os fins da centralização do poder real, um modelo de súdito fiel e leal a ser seguido por toda a nobreza do reino e, mesmo, para todos os portugueses. Em tal modelo, o cronista nunca desmerece nenhum dos poderosos príncipes da casa reinante, mas faz do Infante D. Henrique o seu paradigma e, a este, destina o centro das ações sob a mais intensa luz que o talento de sua pena iluminou; aos demais Infantes, em meio às luzes, quanta sombra!

Notas

¹ ZURARA, Gomes Eannes de. *Crônica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*. Publicada por ordem da Academia das Sciencias de Lisboa, segundo os manuscritos números 368 e 355 do Arquivo Nacional, por

Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Sciencias, 1915.

p. 127.

² ibidem.

³ ibidem.

⁴ ibidem.

⁵ ibidem. p. 96.

⁶ ibidem.

⁷ ibidem.

⁸ ibidem.

⁹ ibidem.

¹⁰ ibidem. p. 49.

¹¹ ibidem. p. 187.

¹² ibidem. p. 256-257.

¹³ ibidem.

¹⁴ ibidem. p. 267.

¹⁵ ibidem. p. 71.

¹⁶ ibidem. p. 72.

¹⁷ ibidem. p. 71.

¹⁸ ibidem. p. 72.

¹⁹ ibidem.

²⁰ ibidem.

²¹ ibidem.

²² ibidem.

²³ ibidem. p. 73.

²⁴ ibidem.

²⁵ ibidem. p. 74.

²⁶ ibidem.

²⁷ ibidem. p. 225.

²⁸ ibidem. p. 227.

²⁹ ibidem. p. 74.

³⁰ ibidem. p. 77.

³¹ ibidem.

³² ibidem.

³³ ibidem. p. 186.

³⁴ ibidem. p. 114.

³⁵ ibidem. p. 111.

³⁶ ibidem.

³⁷ ibidem.

³⁸ ibidem.

³⁹ ibidem. p. 110.

⁴⁰ ibidem. p. 110-111.

⁴¹ ibidem. p. 150-51.

⁴² ibidem. p. 49.

⁴³ ibidem. p. 111.